

## **DIVÓRCIO EM 1912?**

*Hilda Agnes Hübner Flores<sup>1</sup>*

Até meado do século passado, a mulher separada ou desquitada era recriminada socialmente, sem direito de refazer a vida após um casamento fracassado. A “mulher só”, aquela que não agüentava mais o jugo de seu mau casamento, era segregada a ponto de ter de se isolar na casa paterna para fugir ao estigma da sociedade que a condenava qual ovelha negra fora do rebanho.

A tradução feminista *Direitos das mulheres e injustiças dos homens*, 1832, condenou a “teoria científica” da superioridade masculina a partir da caixa craniana maior. Nísia Floresta, a tradutora, não só iniciou a luta pelo direito da mulher ao estudo, como, viúva aos 23 anos, provou capacidade para o trabalho ao sustentar seus filhos através de sua intelectualidade. Abriu escola e nela transcendeu o ensino das “prendas domésticas” pertinentes à mulher, para transmitir “humanidades” às suas alunas. A seu tempo, também a jornalista Maria Josefa Pereira Pinto e a romancista Ana de Barandas educaram seus filhos, provando capacidade feminina para o trabalho, não sem incorrer em sansão social.

Ao longo do século XIX, outras mulheres empreendedoras exerceram sua capacidade mental para o trabalho remunerado, gerindo escolas e até empresas a contento.

Com a República, reconhecidos os direitos femininos ao estudo e ao trabalho remunerado, a separação da Igreja do Estado açulou reivindicações em favor do voto e do divórcio, ambos direitos inalienáveis da mulher. O voto teve como principal batalhadora a política e feminista militante Berta Lutz, que arregimentou mulheres pelo Brasil afora, vendo o voto aprovado em 1932, e efetivamente praticado na eleição de pós II Guerra Mundial, em 1946.

1 Hilda A. Hübner Flores é Mestre em História, Professora da PUCRS aposentada. Historiadora, pesquisa História de Gênero e Estudos Imigratórios. E-mail: yflores@terra.com.br

A luta pelo divórcio foi mais árdua e morosa. No Congresso Nacional, desde a década de 1890 sucediam Projetos divorcistas, todos derrotados. Mulheres corajosas como a advogada carioca Myrthes de Campos e Carmen Dolores (Emília Moncorvo de Melo por nascimento), paulista de brilhante carreira literária, tomaram a si as dores e lágrimas da mulher abandonada e desvalida. O romance de Carmen, *A luta*, 1911, focaliza a “instabilidade social e moral das mulheres que não se resignam à sujeição...”

Em Porto Alegre, engajou-se Andradina Andrade de Oliveira. Da família paulista dos “Patriarcas da independência”, nasceu e casou no Rio Grande do Sul. Viúva, como Nísia Floresta sustentou os filhos pequenos com sua intelectualidade, despertando a sanção da sociedade. Por que não cozinhar, coser ou bordar, em vez de escrever livros? Andradina publicou os primeiros livros em Rio Grande, RS. Em Bagé abriu a revista *Escrínio* (1898-1911), que interrompeu em Porto Alegre, quando à cabeceira do filho que morreu tísico, perda que ela documentou no livro *Cruz de pérolas*. Publicou também *A mulher rio-grandense*, pesquisa de 1907, e o romance *O perdão*, em 1910. Em 1912 foi a vez de *Divórcio?*, um ensaio que toma os dilemas matrimônios da sociedade como base para pleitear o divórcio “amplo” ou “pleno”, aquele que dá nova chance à mulher subjugada por um casamento infeliz.

Reeditado pela Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul<sup>2</sup>, que tem Andradina como patrona, *Divórcio?* é obra para sociólogos, advogados, psicólogos, historiadores, intelectuais e curiosos que queiram mergulhar na sociedade de um século atrás, conhecendo-lhe mazelas sociais, valores morais e questionamentos de natureza sexual.

É um livro moral, declara Andradina, porque procura redimir males das famílias desunidas que redundam em sofrimento para a mulher, “vítima dos absurdos e opressores preconceitos sociais.” Condena a indissolubilidade matrimonial, porque reduz a mulher a “covarde cativo” de um casamento construído por interesses, onde a ausência de harmonia induz à infelicidade,

2 OLIVEIRA, Andradina de Andrade e. *Divórcio?* (Introd., estudo bio-bibliográfico e notas de Hilda A. Hübner Flores). Porto Alegre: Mulheres/ALFRS, 2007

onde leitos conjugais desajustados descambam para um “leito de Procusto”, citando o malfeitor da Ática que amarrava suas vítimas sobre uma cama de ferro e lhes impingia terrível suplício.

Com esse posicionamento audaz, Andradina incorreu na sanção de três forças conservadoras: a Igreja, a Maçonaria e o Positivismo – este expressivo no Rio Grande do Sul, onde geriu a política de industrialização do início da República, que reconduziu a mulher ao espaço doméstico, onde seria “rainha do lar” submissa e dependente, devendo zelar pelo marido, educar os filhos (meninos para o serviço da pátria, meninas para as “prendas domésticas”) e administrar a casa.

*Divórcio?* é apresentado em 25 capítulos sob forma de cartas, cada qual espelhando problemas conjugais extraídos do cotidiano de um século atrás, como maridos sifilíticos, bêbados, jogadores, mulherengos, perdulários, mantenedores irresponsáveis que deixavam a família no desamparo, casamentos “de interesse” para salvar a família da ruína econômica – todos casos de humilhações e sofrimento da mulher, em que o divórcio se constitui em uma “questão de urgente atualidade.”

A cada casamento fracassado, que se mantém apenas na aparência, Andradina ressaltava, como solução, a necessidade de divórcio. É o caso de Amália, cuja irmã o marido desonrou. Para não vê-la cair em desgraça perante a sociedade, decide por fim a um casamento infeliz de 10 anos, apelando para o suicídio. Desta maneira o marido poderá remediar o mal que fez, casando-se com a cunhada – argumenta na carta de despedida.

Paula, outra mulher traída, busca solução diferente do suicídio. Em carta informa o marido adúltero de estar cansada de “levar vida a três”. Com a fortuna que o pai lhe deixou, ela pode comprar tudo, até o respeito da sociedade que a discrimina. Enquanto isso ela torce que o divórcio venha logo, para romper o vínculo repugnante que a liga ao marido depravado e jogador.

Outras esposas procuram, a sua maneira, administrar os preconceitos sociais, em busca de um mínimo de segurança e de posição

social. É o caso da jovem casada que confessa à mãe não tolerar mais as continuadas traições do marido, de quem deseja se separar. A mãe, olhando mais longe, aconselha à filha que não faça isto, que permaneça casada, que com o marido frequente festas e eventos sociais, desfilando toilettes caras que ele lhe dá, pois, se se separar estará condenada a viver como “mulher só”, a chorar na solidão do quarto de solteira a sua desdita. “Faça como eu”, aconselha a mãe, que canalizo meu amor para o primo, tão compreensivo, enquanto teu pai esbanja afeição com as “outras”.

O primo é figura recorrente na argumentação de Andradina. O parentesco permitia maior aproximação, propiciando freqüentes casamentos entre primos e até entre tio e sobrinha. Nelda foi ligada por casamento a um homem enfermiço e viciado, cuja fortuna salvou a família da bancarrota, mas não resolveu a carência afetiva da esposa, que se sente atraída pelo primo, em visita. E então, passadas algumas semanas, uma gravidez intrusa e indesejada se imiscuiu, gerando grave problema social que só o divórcio poderia resolver.

Também Alda por dois anos manteve amor secreto com o primo estudante que morava em sua casa. Formado, o primo partiu, e em breve se manifesta... o filho no ventre. Delito social irredimível! Para evitar a desonra, uma bala assassina destroi duas vidas, cobre de luto os velhos pais e enlouquece um amante de dor.

Casamentos “arranjados”, como o de Rosália, eram freqüentes. A mãe enferma quis vê-la “encaminhada” antes de morrer. O marido, um velho sifilítico e já sem ferramenta para o casamento, na realidade comprou a jovem esposa para ostentá-la qual boneca de luxo aos amigos do clube, que passaram a lhe fazer a corte enquanto o marido atraía a empregada para o leito nupcial. Rosália refugiou-se na biblioteca. Começou a ler. Gostou. Pediu professor particular, que o marido pagou antegozando o prazer de poder exibir mulher culta. O professor, de paixão crescente pela aluna, acaba subtraindo-a de casa durante uma das agressões do marido descontrolado pela bebida.

Lúcia, solidária, apóia a iniciativa da amiga Rosália, de partir com

o professor, porque a mulher separada ou desquitada não passa de pária social, repudiada pelos homens e principalmente pelas mulheres, que não perdoam deslize de suas pares. A mulher só era indesejada também na família de origem, pois sua presença afeta a reputação das irmãs casadoiras.

Outra esposa maltratada escreve ao marido que a trai e difama, que cansou dessa vida e vai partir com um de seus amigos, o mais simpático e o mais leviano, com quem irá viajar pelo mundo. Ela sabe que esse relacionamento não será duradouro. Mas depois de Leonardo, outros virão... E assim, sem estudo e sem profissão, ela escorregará pelo caminho da degradação, que o marido desbravado lhe ensinou.

Mulheres houve que apelaram a recursos próprios para sobreviver, quer fazendo doces ou costurando, sempre mediante muito trabalho e pouco ganho. Sílvia, apela para seu estudo no conservatório e ensinavam música a alunas particulares; outras, como a própria Andradina e Nísia Floresta, agilizam sua intelectualidade para lecionaram e publicar livros. São casos mais raros, pois o direito ao trabalho era conhecido, mas sua expansão só veio com a industrialização, que levou a mulher ao estudo e ao trabalho remunerado.

Alexandre lamenta a triste sorte da filha Sílvia que, feito Cinderela, casou com homem rico. Mas a família a menosprezou e a acusou de infidelidade ao esposo, que a enxotou, sem direito a indenização sob pena de a processar e trazer a público sua pseudo infidelidade. Só lhe restava, pois, voltar para casa, jovem e desiludida, e passar o resto da vida chorar a sua desdita, lamenta o pai, que deseja venha logo o divórcio.

Já Ramalho suspira pelo divórcio para que sua ex-esposa possa casar legalmente com quem o traiu, constituindo um lar digno de receber os filhos que ele não tem condições de cuidar.

Na carta de Sara, Andradina tece considerações quanto à diferença de educação vigente na sociedade brasileira do século passado, a marcar a mulher desde o berço, preparando-a para a vida de perene subserviência que lhe está reservada. Resquícios de toda a desvalorização feminina,

secular e universal, tão bem analisada por Simone de Beauvoir em seu *O segundo sexo*, obra que marcou o antes e o depois do feminismo:

Escreve Andradina: É feio para a menina que diga e faça o que o menino diz e faz. O menino apanha sol, pula e brinca, e a menina fica encolhida na penumbra a ensaiar gestos de grande dama que um dia será. Ele entra em casa de chapéu e fuma às escondidas, preparando-se para ser tirano igual ao pai; vê na irmã a criatura débil que não deixam subir no coqueiro, enquanto ele sobe, come os melhores frutos e, com desdém, atira alguns para a irmã. Ele se arvora em protetor, ela é protegida. A mãe, inconsciente, acentua a distinção: a irmã tem de respeitar o irmão, ele é homem. Quando o pai está zangado, a mãe anda na ponta dos pés, como se ele fosse não um homem, mas um lobisomem. E assim ela compreende que o irmão grite com ela como o pai grita com a mãe. A mãe diz que ele é forte porque é homem; se ela pudesse, também andaria no sol, sem chapéu e sem meia a brincar no arroio, a ver se fica forte como o irmão. Mas a mãe diz que ele é forte porque é homem...

E assim, as diferenças vão deslizando pelas páginas do livro. Adepta entusiasta do feminismo, Andradina explica a que veio este termo novo e de valor ainda em fase de assimilação pela sociedade brasileira:

O feminismo vem amparar a mulher, vem cercá-la do respeito do homem, vem arrancá-la da ignorância, educar o seu coração, ilustrar o seu espírito, salvaguardá-la da injustiça dos códigos, prestigiá-la na família e na sociedade, dignificá-la pelo trabalho e dar-lhe a faculdade nobilitante de agir livremente.

No capítulo final de *Divórcio?*, dá um passeio por onde anda mais grave a miséria, na sociedade de seu tempo: bairros operários de casario humilde onde marido espanca a mulher, onde o pai esbanja na bebida o que seria o pão que mata a fome e o agasalho para o frio dos filhos; onde mães se prostituem para trazer este pedaço de pão; outras mães batem máquina dia e noite para coser os capotes que o Arsenal oferece para costura e paga tão mal; filhos que faltam a aula por falta de botinas e de agasalho; mães que

se mantêm honestas e ocultam sua miséria, mas temem a hemoptise: que será dos filhos? Só uma bala assassina os livrará da morte por inanição... A revoada continua, em visita a hospitais, hospícios, lupanares, asilos...

Ao acusar a Igreja e os Positivistas de serem os “maiores inimigos” do divórcio amplo, Andradina confrontou com as forças instituídas, o que lhe valeu discriminação radical, vendo-se forçada a abandonar sua Porto Alegre natal. Com a filha Lola, empreendeu uma tournée cultural que as levou para Montevidéu, Buenos Aires, depois Vila Rica e Assunção no Paraguai, e Cáceres, S. Luiz e Cuiabá no Mato Grosso. Por um lustro (1915-20), as duas mulheres realizam a façanha ímpar para a época, de viver da cultura - Andradina realizando palestras remuneradas e vendendo seus livros, e Lola dando aulas de pintura, expondo e vendendo suas telas.

Em 1920 radicaram-se em S. Paulo, onde Andradina publicou livros e proferiu “conferências de contestação ao jugo masculino” (“*A mulher não é inferior ao homem*”), segundo seu descendente, o historiador e Procurador Dorival Martins de Andrade, tendo atuado como jornalista combativa em *O Combate* de Jaboticabal e outros jornais.

Sabe-se que Andradina faleceu em 1935, privada de suas faculdades mentais, a partir de problemas surgidos (com ela ou com a filha?) no decorrer da Revolução Constitucionalista de S. Paulo, 1932. A cobertura de sua atuação em S. Paulo, no período de 1920 a 1935, é tarefa sugestiva para dissertação de Mestrado ou tese de Doutorado, que permita levantar dados sobre esta feminista, certamente a que mais batalhou pelo divórcio “pleno”, só legislado no Brasil em 1977.